



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES  
CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS**

**ANA MARIA FERREIRA XAVIER**

**COMUNICAÇÃO POPULAR E INDÍGENA: UMA FERRAMENTA DE  
INFORMAÇÃO POLÍTICA E CULTURAL ATRAVÉS DAS MÍDIAS SOCIAIS EM  
ALAGOAS**

**MACEIÓ-AL  
2023**

Ana Maria Ferreira Xavier

**COMUNICAÇÃO POPULAR E INDÍGENA: UMA FERRAMENTA DE  
INFORMAÇÃO POLÍTICA E CULTURAL ATRAVÉS DAS MÍDIAS  
SOCIAIS EM ALAGOAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Lucia Lima da Silva  
Correia

Maceió-AL

2023

**Catálogo na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

X3c

Xavier, Ana Maria Ferreira.

Comunicação popular e indígena : uma ferramenta de informação política e cultural através das mídias sociais em Alagoas / Ana Maria Ferreira Xavier. - 2023.  
56 f. : il. color.

Orientadora: Rosa Lucia Lima da Silva Correia.

Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso em Relações Públicas) –  
Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências, História, Comunicação e Artes.  
Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 52-56.

1. Comunicação popular. 2. Comunicação e democracia. 3. Indígenas -  
Comunicação. 4. Mídias sociais. I. Título.

CDU: 659.3:316.7(=1-82)

## Folha de Aprovação

ANA MARIA FERREIRA XAVIER

### Comunicação Popular e Indígena: Uma ferramenta de informação política e cultural através das mídias sociais em Alagoas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel.

Data de Aprovação: 06/11/2023.

#### Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente  
 ROSA LUCIA LIMA DA SILVA CORREIA  
Data: 09/11/2023 21:30:29-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Lucia Lima da Silva Correia  
Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
Campus A. C. Simões  
Orientadora

Documento assinado digitalmente  
 MANOELLA MARIA PINTO MOREIRA DAS NEVES  
Data: 10/11/2023 11:20:55-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Manoella Maria Pinto Moreira das Neves  
Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
Campus A. C. Simões  
Examinadora interna

Documento assinado digitalmente  
 AMARO HELIO LEITE DA SILVA  
Data: 10/11/2023 10:09:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Amaro Hélio Leite da Silva  
Instituto Federal de Alagoas – IFAL  
Examinador externo

A todos que tiveram memórias e saberes ancestrais  
cerceados pela colonização.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Divino, por me acompanhar sempre e manter minha Fé nutrida durante toda minha vida, possibilitando a chegada até aqui.

À minha família, é uma honra receber o amor e carinho de vocês.

À minha mãe Wilma, que sempre me apoiou e incentivou a continuar seguindo caminhos em que meu coração me levava, obrigada por acreditar e acompanhar meus passos carinhosamente.

Ao Lucas, meu companheiro, por sempre acreditar em minhas ideias, nos meus sonhos e fortalecer meu coração para todos os momentos.

Agradeço aos povos originários pela sua sabedoria, pela inspiração e pela força ancestral que guia para um futuro melhor.

Agradeço imensamente ao Coletivo de Cultura Indígena Wetçamy Xukuru Kariri, por toda troca. Obrigada ao Guerreiro Idyarony pelas conversas e pela atenção.

À Agda Bianco, Erica Bianco e Bia. Obrigada pelo carinho. Vocês são luz!

Em uma imensa honra, agradeço à Universidade Federal de Alagoas por proporcionar experiências únicas que contribuíram para minha formação profissional, ética e cidadã dentro e fora da comunidade acadêmica.

Ao movimento estudantil, que me levou a lugares em que eu precisava ter ido para poder me tornar mais sã e consciente sobre a realidade.

À Thayná, Vinícius, Isabela, Letícia e tantos outros amigos do COS. Agradeço por compartilharem comigo a experiência da graduação, essa jornada se tornou mais interessante com vocês na caminhada, muito obrigada!

À coordenação do curso de Relações Públicas, por sempre ajudar e acompanhar a minha formação. Obrigada pelo apoio.

Ao COS, por ser um espaço onde as ideias podem ser compartilhadas, um lugar de muitos debates e conversas que sempre lembrarei com carinho e inspiração.

À Sandra, Manoella, Amilton, Gibson, Bispo e tantos outros professores e professoras da graduação, que me proporcionaram um ensino transformador com tanta dedicação e cuidado, sobretudo, por terem ajudado nas minhas concepções sobre a vida e a comunicação.

Agradeço também à minha orientadora Rosa Lucia, por ter semeado ideias que me ajudam a enxergar o mundo por uma perspectiva conscientizadora e cheia de vida, obrigada

pela paciência, ajuda, palavras, críticas e os conhecimentos compartilhados comigo. Você é uma referência incrível.

Aos meus amigos, João, Andrew, Max, Rafaelly, Gabriella, Pérola. Meu coração é imensamente grato por poder compartilhar muito da minha vida com vocês. Obrigada!

*“Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza.”*

**Ailton Krenak**

## RESUMO

A comunicação e a cultura são ferramentas que influenciam na maneira como o indivíduo exterioriza o seu potencial de alcançar a mais alta expressão da subjetividade humana. De se autoconhecer. De conhecer, também, o outro. Neste trabalho, enfatiza-se o papel da comunicação popular, nos conceitos de Kunsch e Peruzzo, enquanto ferramenta que auxilia na conquista de novos direitos e reivindica demandas dos povos originários em resposta às tentativas de silenciamento que sofreram desde a invasão europeia em 1500. Apresentando também os conceitos dos movimentos sociais através de Gohn e a contribuição de Paulo Freire para o entendimento da comunicação enquanto processo da educação informal cidadã. Esta pesquisa é uma contribuição para os estudos da comunicação comunitária dentro da constituição do que é o movimento de resistência indígena no país. O trabalho apresenta a comunicação enquanto um processo utilizado por comunidades originárias na intenção de denunciar violências institucionalizadas, mas também, de informar e educar a sociedade sobre costumes, cultura, línguas, memórias e saberes ancestrais que carregam consigo a filosofia de preservar a vida. A comunicação popular e democrática é apresentada, então, como uma forma de prolongar o tempo da Terra. Este trabalho elucida a importância da comunicação democrática para o movimento indígena enquanto um processo que os auxilia nos processos de retomada, buscando conscientizar através das mídias sociais e ampliar as ideias que sustentam a vida e a saúde da natureza.

**Palavras-Chave:** Comunicação Popular; Comunicação democrática; Comunicação Indígena; Mídias Sociais.

## ABSTRACT

Communication and culture are tools that influence the way in which individuals externalize their potential to achieve the highest expression of human subjectivity. To know yourself. To also get to know each other. In this work, the role of popular communication is emphasized, in the concepts of Kunsch and Peruzzo, as a tool that helps in the conquest of new rights and vindicates the demands of original peoples in response to the silencing attempts they have suffered since the European invasion in 1500. Introducing also the concepts of social movements through Gohn and Paulo Freire's contribution to the understanding of communication as a process of informal citizen education. This research is a contribution to the studies of community communication within the constitution of the indigenous resistance movement in the country. The work presents communication as a process used by original communities with the intention of denouncing institutionalized violence, but also of informing and educating society about customs, culture, languages, memories and ancestral knowledge that carry with them the philosophy of preserving life. Popular and democratic communication is presented, then, as a way of preserving life on earth. This work elucidates the importance of democratic communication for the indigenous movement as a process that assists them in recovery processes, seeking to raise awareness through social media and expand the ideas that sustain life and the health of nature.

**Keywords:** Popular Communication; Democratic communication; Indigenous Communication; Social media.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Publicação contra a tese do Marco Temporal.....	39
Figura 2 - Tipo de conteúdo publicado no instagram.....	46
Figura 3 - Parte I do vídeo sobre a história de resistência Xukuru Kariri.....	47
Figura 4 - Conteúdo sobre a imersão indígena Wetçamy.....	48

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRP	Associação Brasileira de Relações Públicas
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ATL	Acampamento Terra Livre
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNI	Conselho Nacional Indigenista
CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista
FDDI	Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISA	Instituto Socioambiental
IPRI	Indigenous Peoples Rights International
MNI	Movimento Nacional Indígena
ONU	Organização das Nações Unidas
PI	Postos Indígenas
PL	Projeto de Lei
PL	Partido Liberal
PNGATI	Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas
STF	Supremo Tribunal Federal
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 HISTÓRIA E LUTA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.....</b>	<b>18</b>
1.1 Colonização e silenciamento no Brasil e agreste de Alagoas.....	19
1.2 Movimento social e Lutas Indígenas.....	23
1.3 Identidade, território e resistência cultural: os Xukuru Kariri em Alagoas.....	27
<b>2 COMUNICAÇÃO POPULAR E DEMOCRÁTICA, ALTERNATIVA E CONTRA-HEGEMÔNICA: DIMENSÕES DA COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA COMUNICAÇÃO INDÍGENA.....</b>	<b>31</b>
2.1 Comunicação nos movimentos sociais.....	31
2.2 Comunicação contra-hegemônica.....	33
2.3 Educação popular e comunicação democrática.....	35
2.4 A comunicação indígena como alternativa, comunitária e de resistência.....	37
<b>3 O COLETIVO DE CULTURA XUCURU KARIRI: PERSPECTIVAS DA ARTE, DA EDUCAÇÃO E DO REGISTRO DA MEMÓRIA E HISTÓRIA ANCESTRAL.....</b>	<b>42</b>
3.1 Origem e sentidos do coletivo.....	43
3.2 A organização da mídia e das produções.....	44
3.3 Análise de conteúdo: as perspectivas da arte, educação, da memória e história ancestrais.....	44
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>50</b>
<b>5 BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

O que motivou a elaboração desta pesquisa, foi um trabalho de produção de conteúdo da disciplina de Relações Públicas Comunitárias e Terceiro Setor, a ideia era que através de mídias e perfis sociais, pudéssemos influenciar e educar os seguidores acerca dos conteúdos compartilhados.

Essa atividade despertou-me para memórias familiares. Quando mais nova, sempre ouvi falarem que minha família, em especial, minha avó paterna, era indígena. Nascida em Flexeiras, interior de Alagoas, e que por algum tempo, morou numa casa de engenho na cidade de Escada, interior de Pernambuco. Suas memórias, costumes e até mesmo origem não foram repassados, mas sua oralidade sempre chamou atenção. Mesmo que já muito idosa, ela falava e despertava um senso de resgate e justiça.

Apesar de muito jovem, eu sempre guardei a força de suas palavras. Hoje, compreendo que o senso de justiça permaneceu. Desenvolvi durante anos a curiosidade por essa ideia de senso crítico. Na verdade, a comunicação esteve muito presente, sempre gostei de ouvir histórias e observar. Através do interesse pelas Relações Públicas, foi surgindo o entendimento da importância da comunicação popular e democrática. Nela, desenvolvem-se tantas outras interfaces que coincidem com o senso de justiça, de moralidade e de ética, que optei por seguir este caminho.

Assim, surgiram momentos em que a comunicação popular tornou-se uma das ferramentas mais importantes para meu desenvolvimento, principalmente com minhas participações no Movimento Estudantil, revisitando espaços onde a Comunicação Popular era desenvolvida e incentivada e onde a realidade brasileira era discutida. Com isso foi-me possível compreender que ela funciona como uma emancipadora de ideias.

A motivação para conhecer um pouco sobre o passado me levou a conhecer comunidades e comunicadores indígenas de Alagoas que compartilham informações sobre sua própria cultura. Outro fato importante para a jornada de produção deste trabalho foi a experiência enquanto militante do movimento estudantil, quando tive a oportunidade de conhecer a comunidade indígena Xukuru Kariri, em 2018, localizada na Mata da Cafurna, em Palmeiras dos Índios, agreste alagoano.

Mesmo com os ataques de governos anti-indígenas e omissos, as comunidades indígenas se articularam, originando um levante poderoso. Hoje a comunicação popular e democrática se expande pelas comunidades através da internet, levando ao mundo

inteiro o protagonismo indígena e denunciando a urgência de políticas públicas que defendam a existência desses povos e preservem a vida do próprio planeta.

O ser humano se desenvolve através de diferentes etapas ao longo da vida e pode perceber que existem muitas formas de viver e se autoconhecer durante esta jornada. A comunicação e a cultura influenciam na maneira como o indivíduo se enxerga no mundo e como exterioriza o seu potencial. A livre manifestação do pensamento e as formas de se comunicar são partes intrínsecas de diversas culturas. A oralidade, por exemplo, sempre foi uma ferramenta de comunicação importante da cultura indígena, eles sempre comunicaram-se através desta técnica, só não possuíam, ainda, os instrumentos da comunicação hegemônica<sup>1</sup>.

Historicamente, a partir da invasão de Pindorama – como estas terras eram chamadas por algumas comunidades indígenas que aqui já estavam e que hoje chamamos Brasil (Mendonça, 2019) – diversos eventos aconteceram neste território, até então, indígena. Florestas devastadas, pau-brasil e minérios extraídos da Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal, invadindo e destruindo todo o bioma, monoculturas de cana-de-açúcar e gado, integração forçada dos povos indígenas ao sistema colonial, todos esses foram fatores que determinaram a chegada dos europeus e o início de uma luta secular indígena.

Milhares de indígenas foram mortos, comunidades foram proibidas de expressar sua cultura, suas crenças e até de falar em suas línguas nativas. Devido à violenta colonização europeia no país, comunidades inteiras passaram a temer a presença dos não-indígenas, pois além de serem expulsos de suas terras por causa da mercantilização da natureza, lideranças e demais comunidades foram brutalmente assassinadas e, até hoje, continuam sendo ameaçadas e perseguidas.

Tal processo hegemônico também impediu que esses povos experimentassem as revoluções comunicativas, isso tornou o contato dos povos originários com a comunicação algo sutil e limitado até certo ponto, conduzindo os indígenas ao papel de receptor da mensagem, nunca o próprio comunicador. Apesar disso, a luta indígena pela retomada<sup>2</sup> de seus territórios foi sendo estruturada, a partir das décadas de 1970 e de 1980 com o fortalecimento político do movimento e o reconhecimento desse levante no espectro político e social foram capazes de mobilizar diversas comunidades pelo Brasil (UnB Ciência, 2011).

---

<sup>1</sup>Representada pela grande mídia através de grupos de comunicação que concentram grande parte do controle midiático.

<sup>2</sup> Processo de lutas indígenas em busca da reintegração dos territórios originários.

Os saberes ancestrais são preservados e através da produção de conteúdos compartilhados em mídias digitais, gerenciados por suas comunidades, os povos indígenas passaram a assumir um papel de protagonismo na comunicação, para além da oralidade. Nas últimas décadas, é possível perceber que cada vez mais produtores e comunicadores indígenas se destacam nas áreas de produção de conteúdos digitais, vídeos e música.

A polarização da internet e a influência de projetos voltados para o desenvolvimento comunicacional de comunidades indígenas têm influenciado a democratização da comunicação e, em paralelo aos investimentos e avanços das tecnologias da informação e comunicação (TICs), têm contribuído para o aumento do número de comunicadores e produtores indígenas que, através da comunicação popular e democrática, retomam seu lugar de fala e representatividade cultural.

Após muita história de resistência silenciada desde 1500, a globalização e suas consequências chegaram para todos, inclusive para os povos que sempre foram alvos de muito preconceito e marginalização pelo padrão de vida eurocêntrico. Apesar disso, é possível perceber que a exclusão digital ainda é um fator preponderante que aumenta ainda mais o abismo da desigualdade social no Brasil.

A partir das transformações sociais intensas das últimas décadas e com a chegada da pandemia de coronavírus, em 2020, a população mundial teve que desacelerar seu ritmo frenético e, de alguma forma, precisou prestar mais atenção nas consequências do consumismo capitalista desenfreado e a sede por territórios.

Em consequência das medidas necessárias para conter o avanço da pandemia, a quarentena possibilitou que os povos indígenas ganhassem ainda mais destaque nas mídias sociais através de conteúdos para a internet, televisão e rádio, levando informações sobre suas culturas, realizando denúncias acerca da violência contra lideranças e representantes indígenas e revelando o desmonte de políticas públicas que garantem a proteção do meio ambiente e dos povos originários do Brasil.

A luta pela sobrevivência sempre foi regra. Os povos indígenas nunca foram, de fato, exterminados em sua totalidade, e mesmo que perseguidos, escravizados e ameaçados, foram e ainda se mostram capazes de se adaptar às circunstâncias em uma resiliência determinante para o futuro, somando forças e resultando em uma retomada indígena em todos os territórios.

Apesar da dificuldade, pela dicotomia entre prática e teoria, a trajetória dos povos indígenas na comunicação tem auxiliado na busca por direitos individuais e

coletivos. Apesar de que os processos comunicacionais indígenas tenham se desenvolvido num espectro diferente dos não-indígenas, a intimidade com a oralidade e as técnicas comunicacionais adquiridas por eles, tem mostrado tamanha força ao mundo em uma notoriedade tardia. Suas experiências tecnológicas têm influenciado a narrativa indígena, preservando suas identidades étnicas, culturais e plurais.

Nesta perspectiva, o objetivo deste trabalho é elucidar a comunicação popular enquanto ferramenta que tem documentado a memória e a cultura da oralidade de diversas comunidades indígenas do país, sobretudo de Alagoas, através do Coletivo de Cultura Indígena Wetçamy Xukuru Kariri, localizados em Palmeira dos Índios, Alagoas, demonstrando também o desenvolvimento da comunicação popular indígena, que semeia ideias que prolongam nossa vida na terra.

As observações deste trabalho nascem a partir das ideias que se revelaram dentro do recorte temporal dos anos 1970 até os anos 2010, quando se desenvolve o contínuo progresso da comunicação indígena no Brasil, assim como, o impulso da transformação digital que aconteceu devido a pandemia de covid-19 em 2020 no Brasil e a importância da ocupação indígena em territórios digitais atualmente.

Outro aspecto importante deste trabalho é a contribuição para os estudos da comunicação comunitária dentro da constituição do que é o movimento de resistência indígena no país, que acompanhado pela comunicação popular e alternativa, tem colaborado para o exercício da democracia e da cidadania representados em um importante espaço de conscientização política, étnica e social.

As razões que implicam na construção do Capítulo I deste estudo se fundamentam na apresentação da história e luta dos povos originários, que deram início ao movimento indígena, apresentando a luta dos movimentos sociais contra as marcas da colonização. No desenvolvimento do capítulo, serão apresentadas as realizações históricas que abriram caminhos para a retomada indígena em todos os territórios - incluindo o digital. Abordando, também, as origens da luta indígena, como elemento que conecta diversos fatores intrínsecos ao processo das ações sociais realizadas pelo movimento indígena no Brasil, contextualizando a trajetória dos Xukuru Kariri em Alagoas.

O capítulo II conceitua a comunicação popular, democrática e alternativa nos estudos realizados, principalmente, pelas pesquisadoras da área, Kunsch e Peruzzo, que a identificam como uma ferramenta intrínseca ao processo de formação do pensamento crítico cidadão, elucidando as práticas comunicacionais que se desenvolvem no âmbito

das Relações Públicas e culminam em perspectivas que fortalecem o desenvolvimento do indivíduo enquanto ser humano. O capítulo expõe a importância dessa ferramenta na formação do pensamento crítico através da educação e da comunicação dialógica, que também se desenvolvem na área educacional defendida por Paulo Freire e Mário Kaplún. Abordamos ainda, os conceitos da comunicação indígena nos nuances da comunicação popular, com base nas concepções de comunicadores formados e integrados a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), enquanto uma área que tem se desenvolvido e permitido-os que assumam o papel de protagonistas de suas próprias histórias e realizadores de suas próprias vivências.

A elaboração do capítulo III deste trabalho, se deu na apresentação da coerência pertinente entre uma nova perspectiva histórica dos acontecimentos e a ferramenta comunicacional que mobiliza a luta através dos seus conceitos conscientizadores, culminando na apresentação do Coletivo Cultural Indígena Wetçamy, integrado pelos indígenas Xukuru Kariri de Palmeira dos Índios, no agreste alagoano. Neste último capítulo são expostas as ações realizadas pelo coletivo, com intenção de informar acerca da cultura indígena local que atua através de ações sociais realizadas pelo coletivo, divulgadas, principalmente, no perfil social do Instagram. Através das informações produzidas, a respeito de suas vivências e memórias ancestrais, foram explicitados alguns conteúdos acerca da comunicação popular e indígena que tem se desenvolvido através das mídias sociais, elevando a importância dessa comunidade para a cidade de Palmeira dos Índios e para o Estado.

# CAPÍTULO I

## HISTÓRIA E LUTA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

“Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas escolhas feitas em diferentes períodos da história”.

Ailton Krenak

Para elucidar o momento em que o Movimento de Retomada Indígena toma forma e se expande pelo Brasil, resgatando memórias e ecoando ideias necessárias para o desenvolvimento da luta no país, precisamos regressar às memórias dos tempos coloniais como elemento de conexão natural dos acontecimentos, mas, desta vez, podemos retornar sob outra perspectiva.

Através da cosmovisão<sup>3</sup> que dá luz aos acontecimentos da história vivida pelos povos indígenas dessas terras, a narrativa que eles mesmo têm escrito e compartilhado faz compreender o tamanho e a força ancestral que se revela através das mobilizações em todo o país. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), cerca de 2 milhões de indígenas viviam nestas terras no século XVI. A partir da invasão dos europeus, os indígenas depararam-se com o início de uma luta para manter a terra viva e preservar sua existência.

Nas palavras de Davi Kopenawa, Xamã Yanomami, a chegada dos estrangeiros foi avassaladora, capaz de mudar a realidade de seres que viviam harmonicamente em comunidade como os humanos e não-humanos, os espíritos, os animais e as plantas.

Somos habitantes da floresta. Nossos ancestrais habitavam as nascentes dos rios muito antes de os meus pais nascerem, e muito antes do nascimento dos antepassados brancos. Antigamente, éramos realmente muitos e nossas casas eram muito grandes. Depois, muitos dos nossos morreram quando chegaram esses forasteiros com suas fumaças de epidemia e suas espingardas (...) (Kopenawa; Albert, 2015, p. 78).

Historicamente, de acordo com as observações de Darcy Ribeiro<sup>4</sup>(1995, p.30), a partir da chegada dos europeus, que apesar de poucos eram agressivos e super destrutivos trazendo vírus e outras doenças em seus corpos estrangeiros, infectando a população indígena e debilitando comunidades até a morte, os povos preexistentes

---

<sup>3</sup> Uma forma de enxergar o mundo, de experienciar a vida.

<sup>4</sup> Antropólogo brasileiro que colaborou para a recuperação das definições históricas e concisas sob a visão indígena do que aconteceu no séc. XVI. Autor do livro O povo brasileiro, um trabalho onde estuda minuciosamente a formação e a miscigenação daqueles que hoje formam o povo deste país Brasil.

presenciaram o início do desmatamento florestal, que foi validado pela ideia de que a extração do pau-brasil<sup>5</sup> traria riquezas, o que devastou a floresta e quase extinguiu esta espécie nativa do ecossistema brasileiro. Além disso, foi quando se originou a exploração de terras indígenas para criação de monoculturas de cana-de-açúcar e gado, por exemplo.

Com o passar do tempo, todo esse processo somado à força da integração da população indígena ao sistema colonial corroborou para que outros milhares fossem violentados ao longo dos séculos, afetando, conseqüentemente, centenas de comunidades e culturas nativas. Independente da perseguição e das tentativas de extinguir seus costumes e sua história, os povos indígenas sempre souberam como se adaptar ao momento, desenvolvendo estrategicamente “formas de adiar o fim do mundo” (Krenak, 2020), mantendo-se vivos e preservando saberes ancestrais. Não integrando-se completamente, mas ressignificando tudo aquilo que foi imposto às suas comunidades.

Apesar da expertise intelectual, moral e espiritual dos povos originários, sua cosmovisão não é bem aceita pela sociedade contemporânea. Definitivamente, este ainda é um dos conflitos mais intensos sofridos pelos indígenas no país. Apesar disso, os colonizadores usaram de sua visão e cultura em benefício da própria colonização.

A forma de viver e estar no mundo pode diferir de acordo com os costumes e a cultura de outras nações. Esta divergência é o que trava o principal embate entre eles. Na cosmovisão indígena, a natureza e o planeta Terra são tão importantes quanto suas vidas, por isso, a enxergam e respeitam como uma verdadeira Mãe que está viva<sup>6</sup>, em todas histórias antigas chamam o planeta Terra de Mãe, Pacha Mama, Gaia (Krenak, 2020, p.61). Por outro lado, os europeus admiraram o novo mundo<sup>7</sup> de uma forma mercantilista<sup>8</sup>, observando as oportunidades de enriquecer às custas das riquezas naturais sem se preocuparem com as conseqüências, materializando a natureza.

## **1.1 Colonização e silenciamento no Brasil e agreste de Alagoas**

---

<sup>5</sup> Sendo esta a primeira atividade econômica realizada pelos portugueses no século XVI.

<sup>6</sup> De acordo com a Hipótese de Gaia (1970) desenvolvida pelo cientista Lovelock e co-desenvolvida pela bióloga Margulis, a Terra é um organismo vivo que se autorregula e que é capaz de manter a vida sustentável. Uma teoria que ajuda a compreender os princípios da ecologia e da preservação da vida planetária.

<sup>7</sup> Termo utilizado pelos europeus para designar o atual continente americano.

<sup>8</sup> Visão aliada à visão judaico-cristã de dominação e controle da terra e de tudo que há sobre ela.

Desde os primeiros contatos dos povos indígenas com os estrangeiros, as relações entre eles se deu de forma diferente. Para muitos, a relação chegou até parecer amistosa, ainda que fossem relações de interesses. Mas o contato com alguns povos culminou na dizimação de certas comunidades ao longo dos séculos.

Com um longo histórico de colonização, o Brasil foi estruturando um sistema hegemônico cada vez mais excludente e ameaçador aos povos originários. Ao decorrer da história, as comunidades indígenas enfrentaram diversas repressões, foram assediados, criminalizados, esbulhados de suas terras, tiveram suas casas invadidas e sua forma de viver criticada.

Essas violências afetaram a integridade física, psíquica, cultural, espiritual, política, econômica e social de lideranças indígenas (Guajajara, et al. 2021), reverberando também nas comunidades, atuando como formas de desestabilizar e silenciar os povos originários.

Apesar das tentativas de silenciamento, os povos indígenas passaram a se reunir e fortalecer cada vez mais em pequenas organizações que buscavam defender seus direitos. Após cinco séculos de colonização, o movimento indígena tem se tornado mais forte e caracterizado há algumas décadas.

De acordo com Gohn (2011, p. 342), no fim dos anos 1970, no Brasil e em outros países da América Latina, as ações em oposição aos regimes militares ficaram famosas, elucidando a ascensão dos movimentos populares articulados contra a repressão militar, iniciando o processo de redemocratização no país.

Com o fim a ditadura militar e a luta pelo resgate do exercício da cidadania, a sociedade estruturou-se de diversas formas durante o período, originando movimentos populares que promoveram e lutaram por transformações sociopolíticas e estruturais que visavam garantir legalmente o exercício da cidadania a diversos atores sociais, incluindo aqueles que um dia foram desviados de seus direitos durante este período.

O fortalecimento do movimento indígena e o seu reconhecimento no espectro político e social também mobilizaram diversas comunidades por todo o país. Em um breve panorama histórico, o movimento foi ganhando espaço através de embates que garantiram seus direitos através das leis dos não-indígenas.

A partir dos anos 1970 no Brasil, as assembleias que buscavam discutir as necessidades sociopolíticas do país com a participação organizada da sociedade civil já eram articuladas dentro do movimento indígena, dando origem a uma série de eventos que marcou a estruturação do movimento. Considerando a necessidade de proteger as

terras das políticas expansionistas da ditadura militar, representantes indígenas logo se articularam para proteger eles mesmos os seus direitos.

Apesar disso, as organizações indígenas se articulam em resistências há séculos contra as violências cometidas contra eles desde a Confederação dos Tamoios (1556-1567); a luta dos Guarani, nos séculos XVII e XVIII; a revolta dos “Tapuias” do Nordeste (1712-1719); a resistência de Ajuricaba e dos Guerreiros Manaus (1723-1728); a aliança entre os Xavante, Xerente e Karajá (1813) (Brighenti; Heck, 2021, p. 50).

Com a estruturação do movimento ao longo dos séculos, se consolidando no final do século XX, o movimento indígena foi passando por processos fundamentais para o despertar da mobilização a nível nacional. No ano de 1972 foi criado o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que foi fundamental no apoio aos Bororo e Xavante no processo de retomada de suas terras (Brighenti; Heck, 2021, p. 199), por exemplo.

Em 1973, foi decretada a lei nº 6.001, conhecida como Estatuto do Índio, que garantia minimamente a posse e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais das terras ocupadas por eles, colocando a população indígena sob proteção de um órgão indigenista estatal, em defesa da “integração à sociedade”<sup>9</sup>. O Estatuto também visava regularizar o processo de demarcação de terras indígenas com o foco na preservação de seus direitos.

De fato, a lei estabeleceu alguns conceitos e princípios, regulamentando os direitos e deveres do indígena, no entanto, com o intuito de “integrá-los” à comunhão nacional, submetendo-os ao regime de tutela do Estado, pois quando a lei foi formulada, a cultura indígena ainda era observada como “categoria social transitória”<sup>10</sup> (ISA, 2018).

Segundo os indigenistas do CIMI, Brighenti e Heck (2021, p. 54) o desenvolvimento da organização indígena nas décadas de 1970 e 1980 contribuiu para o seu fortalecimento, elevando também o protagonismo de diversas lideranças que ajudaram a organizar e coordenar assembleias. Entre os anos de 1974 e 1984, foram realizadas 57 assembleias de líderes indígenas em 15 estados e no Distrito Federal.

Ainda de acordo com Brighenti e Heck (2021, p. 62) os principais temas discutidos nas assembleias, dentre 10 temas gerais, os mais citados foram sobre terras,

---

<sup>9</sup> Reforçando a condição dos povos indígenas como tutelados do Estado de forma arbitrária.

<sup>10</sup>As políticas públicas visavam a “integração à comunhão nacional”, ou seja, desde o início da colonização, os povos indígenas foram vistos como seres a serem catequizados, colonizados ou dominados.

autodeterminação e a relação com o poder público brasileiro, particularmente com a Funai.

De fato, as assembleias alavancaram o exercício da política indigenista no país. A partir das discussões, o movimento começou a estreitar suas relações em benefício de seus direitos. A aliança estava se expandindo pelo país, a participação social no processo de elaboração da constituinte nos anos 1987-1988 foi fundamental para a organização do Movimento Indígena (Brighenti; Heck, 2021, p.66).

Após 21 anos de regime militar, a Constituinte de 1988 foi um processo que concretizou a redemocratização do Brasil. Depois de anos de luta e represálias, a sociedade brasileira foi capaz de debater e reivindicar seus direitos em uma assembleia, de forma democrática, resgatando direitos e garantindo melhorias nas áreas da saúde, cultura e meio ambiente.

A presença de indígenas e indigenistas na Constituinte de 1988 para que seus direitos fossem resguardados na carta magna, foi de extrema importância e um verdadeiro marco histórico para o movimento, tendo como grande momento o discurso de Ailton Krenak, que protestou pacificamente no plenário com palavras que atravessam gerações e constituem ideias que podem preservar a vida na terra.

Intitulado *Invocação à Terra* (1987), o discurso de Krenak marcou significativamente o jeito de compreender a luta dos povos originários, dando maior visibilidade e esperança, confiando naqueles que escreveram o conteúdo da constituição, para que pudesse ser possível construir uma sociedade mais franca e respeitável com os povos e a cultura indígena. Em seu discurso na Assembleia Constituinte, Krenak explicita:

[...] O povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver. Tem condições fundamentais para sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida e da sua cultura que não coloca em risco e nunca colocaram a existência sequer dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos. Eu creio que nenhum dos senhores nunca poderia apontar atos, atitudes da gente indígena do Brasil que colocaram em risco seja a vida, seja o patrimônio de qualquer pessoa, de qualquer grupo humano nesse país [...] (Krenak, 1987).

Com a constituinte de 1988, foi garantido aos indígenas o reconhecimento de sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, sendo abolida na atual constituição o regime tutelar do indígena pelo Estado (Brasil, 1988, art. 231) mas, ainda assim, preservando a responsabilidade da União de proteger e fazer respeitar os direitos indígenas.

Anos mais tarde, em 2002, com o Novo Código Civil, o indígena foi reconhecido dentro da sua capacidade legítima de tomar decisões sobre ele mesmo, deixando de ter suas ações reguladas por uma legislação especial (ISA, 2018). A garantia dos direitos e deveres Indígenas na Constituição foi fundamental para o avanço das pautas políticas e socioambientais trazidas por eles, mas este foi apenas o começo de uma luta muito maior em busca dessas garantias na prática. Esse avanço político sempre foi marcado por grandes confrontos, normalmente violentos.

Ainda sobre violência e silenciamento, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2022) desde o início de seu mandato não escondeu seu preconceito contra povos indígenas. Na verdade, ele já se declarava inimigo dos indígenas devido a suas relações com o agronegócio e políticos que têm interesse na posse de Terras Indígenas (TI 's) (Pajolla, 2022). Ditando-s como inimigos do seu governo, Bolsonaro moldou seus discursos de ódio em políticas de Estado, legitimando os casos de violência, genocídio, ecocídio e os conflitos em territórios indígenas.

A organicidade dos movimentos sociais populares e das organizações políticas indígenas apresentavam diversas dificuldades para realizar as denúncias durante seu governo, principalmente durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, isso porque além da negligência do Estado em garantir os direitos fundamentais à sociedade, o ódio e as *fake news* eram propagados por Bolsonaro.

Em resposta a mais uma violência legitimada pelo Estado, os povos indígenas passaram a se reunir através da internet, mobilizando dezenas de comunidades espalhadas pelo país, com o objetivo de denunciar as elites que perpetuam o sistema colonial no Brasil. As mobilizações no instagram e demais mídias sociais passaram a fazer parte das ações sociais em defesa da democracia e da vida realizadas pelo movimento indígena nacional.

## **1.2 Movimento social e Lutas Indígenas**

No contexto de realinhamento político, atualmente organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Mobilização Nacional Indígena (MNI), espaço de articulação de organizações entre os povos originários, indigenistas<sup>11</sup> e ambientalistas, têm se estruturado em prol da preservação das vidas indígenas e da

---

<sup>11</sup> Pessoas não-indígenas que atuam em prol dos direitos originários através de órgãos políticos e públicos.

cultura, para assim conseguirem sustentar e preservar a vida e a Terra, articulando movimentos para garantir novos direitos além de resguardar os conquistados até então.

Tais ações sociais apresentam um cunho educativo. De acordo com Gohn (2011, p. 334), tal relação entre movimento social e educação existe a partir das ações práticas desses movimentos e grupos sociais. Para a autora, a educação pode ser formal<sup>12</sup> ou informal<sup>13</sup>, onde os indivíduos são capazes de aprender através da produção da sociabilidade e do desenvolvimento de saberes em outros espaços.

A autora define os novos movimentos sociais como ações sociais coletivas, identificadas com pautas sociopolíticas e culturais que auxiliam de diversas formas a organização da população em função das suas demandas. Atualmente, a internet tem sido uma ferramenta muito utilizada, aliada nas ações sociais, ela desenvolve um papel fundamental nas articulações a nível nacional. Os principais movimentos atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais (Gohn, 2011, p 335-336).

Os movimentos sociais também apresentam um ideal democrático, organizando-se contra o silenciamento e a exclusão. Outra característica é a abordagem da valorização de movimentos étnicos e que também discutem questões de desigualdade social. Assim, existem diversas categorias de movimentos que são construídos a partir da instituição que os apoia ou abriga (Peruzzo, 2009, p. 35)

Dessa forma, caracterizando o movimento social indígena no Brasil, em 2004, por ocasião do “dia do índio”, diversas lideranças indígenas de distintas regiões do país se organizaram na maior assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, dando origem ao Acampamento Terra Livre (ATL).

De acordo com os dados reunidos pelo ATL (2004), a partir dessa grande mobilização na frente do Ministério da Justiça, o acampamento em Brasília foi realizado pelos povos indígenas do Sul do país, reivindicando a retomada de diálogo com o Governo Lula para requerer as promessas pactuadas durante o período eleitoral.

Durante as ações de mobilização, diversas organizações e lideranças de outras regiões aderiram aos protestos, com apoio da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e também da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste e Minas Gerais (APOINME).

---

<sup>12</sup> Para a autora, a educação formal é caracterizada pela educação escolar.

<sup>13</sup> Se desenvolve em lugares não convencionais de educação – como a escola –, mas em espaços onde acontecem mais participações sociais e ações coletivas.

Ainda conforme registros do Acampamento Terra Livre (2004), as articulações dos movimentos indígena e indigenista foram concretizadas a partir da criação do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI), auxiliando a afirmar e defender os direitos indígenas assegurados na Constituição. O fórum passou a servir de suporte às mobilizações do Abril Indígena, em especial ao ATL.

O movimento enraizou-se ainda mais com a criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil naquele ano, uma instância de aglutinação e referência nacional do movimento indígena no Brasil (IPRI; APIB, 2021), uma deliberação política tomada pelo Acampamento Terra Livre, em novembro de 2005, que busca promover a defesa dos direitos indígenas e articular e organizar os povos indígenas de diferentes regiões do país.

A partir disso, a APIB passou a registrar diversos dados que denunciam as violências contra os povos e a cultura originária. De acordo com o histórico das ATL's da APIB, as mobilizações continuaram e constituíram-se em novas conquistas, como por exemplo a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), em 2010; da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI), em julho de 2012. E conforme o Ministério da Justiça, em dezembro de 2015, foi instalado o Conselho Nacional Indigenista (CNI), substituindo a antiga Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI).

A cada ATL o movimento registra sua a leitura política do Governo vigente, possuindo dados atualmente sobre os governos Lula (2004 - 2011), Dilma (2011-2016), Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2018-2022). Os documentos denunciam também desmontes de políticas voltadas para a garantia dos direitos indígenas, além de registrar demandas e reivindicações históricas. Tais registros finais servem para expor a relação do Estado com o movimento indígena, que ainda busca o fim do indigenismo tutelado<sup>14</sup>, autoritário e integracionista (APIB, 2020).

Apesar das novas conquistas e direitos alcançados pelo movimento até então, no âmbito judiciário, o STF foi repreendido com a instrução da emenda normativa sobre o marco temporal, a pretexto de disputar uma terra indígena. O julgamento em questão era sobre o caso Raposa Serra do Sol (Petição 3.388), que iniciou-se em 2009, a respeito de uma ação envolvendo a Terra Indígena Xokleng Ibirama Laklaño, dos povos Xokleng, Kaingang e Guarani, e o estado de Santa Catarina.

---

<sup>14</sup> A tutela é um mecanismo de proteção, mas, no caso, o indigenismo tutelado faz parte de uma política estatal para, legal e institucionalmente, subjugar os povos originários, exercidos através de órgãos federais como por exemplo, a FUNAI.

A tese, apesar de ser inconstitucional, foi comumente discutida no judiciário. O marco temporal fere todos os direitos conquistados em décadas de organização política e social em prol da defesa da vida e da cultura indígena no país. De acordo com Luiz Henrique Eloy (2020), Terena da aldeia Ipegue (MS), advogado da APIB e doutor em antropologia social, a leitura tendenciosa era rotineiramente suscitada por parlamentares e juristas que advogam para os interesses do capital, determinando que as terras de aldeamentos extintos ou possuídas por povos originários antes da promulgação da CF, em 5 de outubro de 1988, não fossem abrangidas no conceito de “Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”, de acordo Súmula 650/STF.

Mesmo sem legalidade na constituição, ela foi discutida no STF e também no senado brasileiro, defendida pela bancada ruralista e políticos com interesses em comum a eles. Além de apresentar ameaça aos povos indígenas, a tese enfraquece os direitos conquistados abrindo precedentes para que esses territórios não fossem demarcados como TI 's, facilitando a apropriação dessas terras.

Em 2021, a APIB publicou o Manifesto Luta Pela Vida, denunciando as elites neocoloniais pela tentativa de perpetuar o sistema hegemônico que tem sufocado comunidades indígenas há séculos. As organizações indígenas no Brasil foram capazes de elaborar a maior mobilização indígena da história do país em prol da defesa da vida e da democracia, realizada pela APIB, na luta pelos direitos originários às terras indígenas ocupadas antes de 1988.

Mesmo com o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas sobre suas terras como um direito originário garantido pela Constituição de 1988, o Marco Temporal foi elaborado com o intuito de limitar esses direitos, reinterpretando a Constituição baseada na tese do Marco Temporal.

A insistência desta proposta política, que mais uma vez tentou apagar toda a história originária, em uma lógica do colonialismo expresso do capitalismo que agiu de forma desesperada para alcançar suas ambições, foi derrubada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2023.

A tese impedia a demarcação de determinados territórios e apesar da vitória para os povos indígenas, a decisão não impede as invasões às terras indígenas localizadas em algumas zonas de conflitos, mesmo que ilegais. Entre os interessados pela aprovação do marco temporal, destacam-se fazendeiros ligados com o poder político ruralista, que ocupam ilegalmente terras indígenas e, além disso, políticos brasileiros, representantes no Congresso Nacional e no executivo possuem cerca de 96

mil hectares de terras sobrepostas às terras indígenas (APIB, 2023). De acordo com a APIB, esse mesmo grupo investiu em campanhas políticas em 2022, R\$1.163.385,00 foi destinado ao candidato derrotado nas urnas, Jair Bolsonaro (PL).

Bolsonaro foi um verdadeiro inimigo das comunidades e lideranças indígenas durante o seu mandato, negligenciando vidas indígenas durante a pandemia, contribuiu para a subversão da FUNAI durante o seu governo, além de proferir discursos e ataques violentos anti-indígenas. Além disso, em seu último ano de mandato, lutou contra as reivindicações indígenas acerca da mudança do nome do “Dia do índio” para “Dia dos Povos Indígenas” (Brasil de Fato, 2023) vetando este e outros projetos que buscam formas de integrar a interculturalidade no país.

É importante perceber que o movimento indígena também pode ser compreendido como uma dinâmica política contra o sistema de governança que se recusa a demarcar as terras indígenas. As ações sociais e mobilizações através da internet foram capazes de movimentar o país em prol da defesa da vida e das terras originárias. A tese foi julgada de forma democrática, sendo derrubada com o placar de 9 votos a 2, no judiciário.

Apesar desta vitória, os povos indígenas continuam conscientizando sobre a importância de manter a movimentação acerca do assunto, para que ações sejam concretizadas através da políticas públicas<sup>15</sup> que garantem que os impactos desta discussão serão cessados em tempo de salvar a vida do meio ambiente.

### **1.3 Identidade, território e resistência cultural: os Xukuru Kariri em Alagoas**

Diante das diferenças, as relações dos indígenas com os europeus se modificaram e muitos, para sobreviver, optaram por basear as relações em interesses particulares em benefício de sua sobrevivência, sendo considerados aliados. Como também, havia relações de poder entre os estrangeiros e os considerados inimigos, que foram esbulhados de suas terras e escravizados (Neves, 2018, p.1).

No agreste de Alagoas está localizado o município de Palmeira dos Índios, com área de 450,990 km<sup>2</sup>, fazendo divisa com o estado de Pernambuco ao norte, a cerca de 134 km de distância da capital alagoana, Maceió (IBGE, 2022). Com clima quente e úmido, apresenta bioma composto pela Caatinga e Mata Atlântica.

---

<sup>15</sup> Apesar da tese ser derrubada, ainda existem Projetos de Lei (PL) que legitimam violências institucionais e ameaçam a sobrevivência indígena.

Conhecida também como Princesa do Sertão, a atual cidade de Palmeira dos Índios teve seu nome ligado a uma antiga lenda escrita por Luiz Barros Torres, escritor e historiador da cidade, que a desenvolveu como obra literária, mas apesar disso, a lenda se tornou referência nos estudos do município por apresentar transcrições importantes de fontes documentais como atas, leis e escrituras (Silva, 2017, p.19).

Em 1971, Torres a desenvolveu como mito fundador para a formação da cidade. A lenda, escrita em quadrinhos, só foi publicada anos mais tarde em 1973, apresentada no livro “A terra de Tilixi e Tixiliá”.

Conta a lenda que Tilixi e Tixiliá eram primos e viviam na comunidade dos Xukuru Kariri comandada pelo cacique Êtafé. A jovem Tixiliá, filha do velho guerreiro Taci, estava prometida ao cacique, que ansiava pela puberdade da jovem para poder casar-se com ela. Embora conhecesse seu destino, a jovem já compartilhava do amor proibido com seu primo Tilixi.

A lenda conta também a chegada de um homem branco, o Frei Domingos de São José que, segundo ela, os tornaria um grande povo. Durante a festa da colheita, os jovens trocavam olhares e isso despertou ciúmes de Êtafé. Entre danças e rituais sagrados como a consagração da Jurema<sup>16</sup>, Tilixi teria dado um beijo na testa de sua prima, provocando a ira do cacique.

Como castigo, o jovem foi condenado à morte por inanição e mesmo proibida de ver Tilixi, a jovem foi ao seu encontro. Flagrados por Êtafé, Tixiliá foi atingida por uma flecha e, caindo ferida, morreu junto ao seu amado. No local onde os jovens morreram uma palmeira simbolizando o intenso amor do casal cresceu e se destacou dentre as demais, dando origem ao atual nome da cidade.

Apesar da lenda, também existem outras origens para o nome da cidade. O território era inicialmente um aldeamento dos Xucurus, que estavam estabelecidos na região desde meados do século XVII (Peixoto; Silva 2023 *apud* Torres, 1973 p.28). O nome surgiu em consequência dos seus primeiros habitantes e a abundância de esbeltas palmeiras em seus campos.

De acordo com com a chegada da povoação do Frei Domingues de São José, iniciou-se a construção da primeira igreja no ano de 1770. Após três anos de catequização, o franciscano recebeu uma doação de meia légua de terras para a edificação de uma capela, esta, dedicada ao Senhor Bom Jesus da Boa Morte.

---

<sup>16</sup> Bebida fermentada sagrada para os povos indígenas.

Com o estabelecimento do Frei e a construção da Capela, comerciantes e viajantes vindos de regiões vizinhas passaram a se apossar das terras esbulhando os indígenas que ficaram marginalizados na sociedade palmeirense (Silva, 2019).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1798 a freguesia foi criada e assim o distrito foi denominado Palmeira dos Índios. Em 1835, o distrito foi elevado à categoria de vila, sendo desmembrado da Vila de Atalaia. Em 1846, a vila foi extinta sendo anexada ao município de Anadia. Anos mais tarde, em 1953, Palmeira dos Índios retornou à categoria de vila e foi desmembrada do município de Anadia, elevando-se à condição de cidade apenas em 1889.

Durante as transições das formações administrativas de Palmeira dos Índios, muitos conflitos e lutas políticas aconteceram na região. Devido às espoliações das terras e a violência de fazendeiros e latifundiários na região contra os povos indígenas, muitos deles migraram para a cidade, sendo forçados a ocultar seus costumes e sua identidade étnica por risco de retaliações e devido à negação da existência dos povos indígenas na região pela população local:

Não demorou muito e os conflitos começaram a existir, quase sempre acompanhados da negação de existirem indígenas na região, negação sustentada por fazendeiros/posseiros até hoje, como tentativa de marginalizar e excluir socialmente os Xukuru-Kariri. Cientes de tais conjunturas os indígenas criaram estratégias para resistirem aos inúmeros e longos momentos de perseguição, ora aliaram-se a religiosos, ora silenciaram sua identidade étnica, tudo para amenizar os climas de tensão e assegurarem suas próprias vidas (Neves, 2018, p.2).

Conforme a cidade crescia sobre terras indígenas, os povos indígenas da região foram acompanhando certas delimitações no espaço, viram de perto cercas se levantando e a criação de um espaço onde ele já não podia mais viver livremente. Apesar disso, sempre muito resilientes e observadores, diferente dos estereótipos empregados pela sociedade, os indígenas foram rápidos em encontrar estratégias para sobrevivência, desenvolvendo seus costumes na surdina, enquanto atuavam como povos “civilizados”. De acordo com a historiadora Amanda Silva:

A invisibilidade foi uma forma de resistência empregada pela população indígena a fim de driblar a sociedade envolvente e evitar a supressão de suas práticas culturais, garantindo a sua reelaboração e ressignificação para na posterioridade reafirmá-las e obter direitos (2019, p.5).

A imposição da invisibilidade social também resultou na exclusão destes povos em decisões importantes sobre seus territórios e até mesmo da história (Silva, 2019

*apud* Portela, 2009). Não obstante, a cultura indígena sempre se manteve viva. Mesmo sofrendo preconceito pelo modo de ser e existir, os indígenas foram capazes de desenvolver seu lugar no mundo e garantir não só a existência, mas também, de organizar uma luta secular pela preservação de seus territórios e da natureza.

Certamente a história ainda está sendo escrita, mas a partir das retomadas e da ascensão do protagonismo indígena nos espectros políticos e sociais, ela pode ser contada por uma perspectiva que permite enxergar um futuro melhor para a sociedade e que também nos faz compreender o porquê deste movimento crescer e se fortalecer cada vez mais pelo país.

Em uma onda de novos direitos e conquistas, a luta e a voz dos povos indígenas têm chegado para todo o planeta Terra e que durante séculos tem se sustentado entre governos omissos e opressores, representando desta forma a força de uma cultura viva e que deseja perpetuar a vida na Terra.

Com um histórico de invasões e violências sofridas por disputas territoriais de fazendeiros e latifundiários que incentivaram o preconceito contra os povos indígenas, iniciou-se uma luta de resistência que dura séculos e tem se estruturado através de lutas sociais organizadas em defesa dos direitos políticos, culturais e ambientais.

Com a transformação digital, as mobilizações acontecem nas ruas e também nas redes sociais, onde internautas se reúnem e discutem pautas importantes. O uso das Novas Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) contribuíram para a grande mobilização contra o marco temporal na internet. Perfis de comunicadores indígenas, associações, coletivos e colaboradores da preservação ambiental e da vida na terra, uniram-se através das redes para mobilizar ações em todo o país.

Esse movimento também pode ser caracterizado como exercício da cidadania através da comunicação alternativa digital, onde cada vez são encontrados perfis que produzem e compartilham conteúdos indígenas, questão que trataremos a seguir durante a discussão sobre o formato desta comunicação popular e democrática apresentando a retomada indígena em territórios digitais através da comunicação.

## CAPÍTULO II

### COMUNICAÇÃO POPULAR E DEMOCRÁTICA, ALTERNATIVA E CONTRA-HEGEMÔNICA: DIMENSÕES DA COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA COMUNICAÇÃO INDÍGENA

“O homem não é uma ilha. É comunicação. Logo, há uma estreita relação entre comunhão e busca”.

Paulo Freire

A comunicação popular e democrática surge como uma ferramenta que auxilia os movimentos sociais a se articularem, desenvolvendo-se no âmbito das organizações políticas, ela é caracterizada pelo importante papel de mobilizar coletivos, com objetivo de estabelecer justiça social.

#### 2.1 Comunicação nos movimentos sociais

Esta discussão visa contribuir para o entendimento da comunicação popular enquanto uma ferramenta informacional política e cultural, elucidando a importância de sistematizar os conceitos da comunicação popular e democrática exercida também na função do profissional de comunicação.

Peruzzo define a comunicação popular como uma forma alternativa de comunicar, com sua origem nos movimentos populares dos anos 1970 e 1980, “(...) um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação” (2009, p. 47).

A comunicação em seu exercício pleno, além das definições científicas que conhecemos, pode ser compreendida enquanto arte, neste contexto, como uma ferramenta que possibilita diferentes pensamentos e amplia horizontes através do exercício da comunicação democrática. É através da expressão que podemos atingir o ápice da criatividade e entendimento humano, em consonância com o desenvolvimento das Relações Públicas, mais especificamente na dimensão das ciências da comunicação que pode contribuir com as mudanças sociais, mobilizando o povo a realizar mudanças significativas através da comunicação.

As ações desenvolvidas pelas Relações Públicas têm sido cada vez mais reconhecidas no âmbito das organizações sociais e na própria área da comunicação. Reconhecendo que este é um exercício de análises cuidadosas e técnicas de pesquisa

sofisticadas, a profissão surge também como um aparato para desenvolver continuamente a comunicação popular e democrática, exercendo valores éticos e morais.

No Brasil, as ações profissionais de Relações Públicas foram influenciadas pelas mudanças políticas e sociais que ocorriam entre as décadas de 1960 e 1970, o país passava por transformações drásticas na democracia devido ao regime militar e, de acordo com Machado; Antunes; Monteiro (2007, p. 3), foi em meio ao cenário de desestruturação da cidadania que a profissão de Relações Públicas foi regulamentada no país em 1967, apesar de apresentar atividades neste campo desde 1914.

Pesquisadores da área, como os autores França (2003) e Kunsch (1997), que trata das percepções das atividades de Relações Públicas no Brasil, baseado em Machado; Antunes; Monteiro (2007, p. 3) apontaram que a regulamentação foi prematura, pois as práticas da profissão ainda não haviam sido desenvolvidas. Além disso, as técnicas foram utilizadas para manter e promover a ditadura no país, comprometendo as ações éticas de comunicação exercidas pelo profissional. Ainda, a área das Relações Públicas foi pouco explorada academicamente durante este período, sendo limitada a uma abordagem instrumental da comunicação nas organizações.

Apesar da conjuntura, em 1968, a Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), definiu o exercício da função de Relações Públicas e descartou as contradições do período político do regime militar, dando maior ênfase à atividade exercida pelos profissionais em décadas anteriores (Machado; Antunes; Monteiro, 2007, p.3). De acordo com Machado; Antunes; Monteiro (2007, p.3), a ABRP define a profissão como:

O esforço deliberado, planejado, coeso e contínuo da alta administração, para estabelecer e manter uma compreensão mútua entre uma organização, pública ou privada, e seu pessoal, assim como entre essa organização e todos os grupos aos quais está ligada, direta ou indiretamente. (Andrade, 1983, p.45).

A comunicação popular e democrática tem sido cada vez mais explorada no âmbito das Relações Públicas, desenvolvendo pesquisas e ações que mobilizam e estimulam o exercício da cidadania em segmentos sociais subalternizados. Para Kunsch, a cidadania está relacionada aos “aspectos ligados à justiça, direitos, inclusão social, vida digna para as pessoas, respeito aos outros, coletividade e causa pública no âmbito de um Estado-nação”(Kunsch, 2005, p.22). Isso tem gerado debates acerca da cidadania ativa<sup>17</sup>, apropriando-se da comunicação como importante ferramenta de responsabilidade na formação cidadã.

---

<sup>17</sup> Integração e participação social do indivíduo em compromisso com a comunidade em que vive.

Os conteúdos acerca da comunicação popular são desenvolvidos através da comunicação dialógica, capacidade de estabelecer diálogos na educação, um movimento que nutre a troca de conhecimentos (Freire, 1975), contribuindo diretamente para a mudança social (Peruzzo, 2020, p.2), posto que ela empodera os canais de comunicação utilizados no processo de difusão da comunicação alternativa.

As ações de Relações Públicas no âmbito comunitário permite que comunicador e comunidade se unam em vínculos únicos daquele segmento criando conteúdos relevantes elaborados especificamente para a realidade da comunidade em questão, levando em consideração a identidade e os interesses em comum. Ainda de acordo com Peruzzo, essa conexão entre comunicação e cidadania provoca o compartilhamento de objetivos na participação ativa das pessoas na vida da comunidade (Peruzzo, 2020, p.2).

Embora a origem das Relações Públicas no Brasil tenham culminado em funções que se desenvolveram durante o regime militar no país, ela pode contribuir sim para ajudar na mudança social, na luta política, pois as Relações Públicas é a gestão da função política da organização (Simões, 1995, p.83) e também atua nas organizações de maneira a desempenhar ações em benefício dos interesses que possui com seus públicos.

## **2.2 Comunicação contra-hegemônica**

A dialogicidade é fundamental para a transformação social e para a comunicação popular, visto que essa acontece orgânica e até espontaneamente, sobretudo, em espaços onde a movimentação social se organiza, para a luta e para a resistência.

Para este trabalho, é conveniente utilizar os conceitos de comunicação alternativa como termos vitais para melhor identificar os processos comunicacionais em questão. Tais expressões conciliam-se com a ideia da dialogicidade<sup>18</sup> da participação social e comunicação contra-hegemônica enquanto meios emancipatórios.

Com o objetivo de resgatar a cidadania e refletir sobre quem somos, a educação e as suas formas de expressão, de falar de si, das suas necessidades, do seu lugar no mundo, são capazes de transformar as estruturas opressoras e impedoras da liberdade. Paulo Freire (1991) defende que o uso do ensino aprendizagem para ampliar a participação popular nos processos comunicacionais, promovendo a cidadania.

---

<sup>18</sup> Efetuado por meio do diálogo, através da troca de informações.

Educando o indivíduo para viver no mundo de uma forma consciente e crítica, para que este seja também capaz de mudar a realidade a partir da produção de conhecimento.

A partir deste entendimento, é possível apresentar a comunicação enquanto ferramenta que possui um potencial educativo e que, veiculada com consciência social e responsabilidade, pode favorecer grupos sociais subalternizados e estimular o exercício da cidadania.

Conforme Peruzzo (2009, p.47), a comunicação popular é um processo caracterizado por uma forma alternativa de produzir e compartilhar conteúdos específicos de determinadas comunidades e movimentos sociais. Ela não deve ser caracterizada por qualquer tipo de mídia, pois este processo comunicacional é efeito de um contexto onde grupos populares e/ou subalternizados, ou seja, “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão (...)” (Spivak, 1942, p.12), produzem conteúdos direcionados à mudança social e à qualidade da cidadania.

No período de resistência às ditaduras militares, no final da década de 1970 e início da década de 1980, foi que a comunicação popular teve sua origem no Brasil, assim como na América Latina (Peruzzo, 2009, p.47). A partir disso, a comunicação surge como um processo social que incentiva e instiga a cidadania.

A narrativa popular também é reconhecida enquanto um processo democrático de comunicação, onde o autor da mensagem é aquele que geralmente está ligado a grupos sociais que buscam desenvolvimento e justiça social.

Peruzzo (2009, p.47) esclarece ainda que a comunicação popular manifesta-se na ação mobilizadora e coletiva de grupos subalternizados e difundida por meios próprios de comunicação, apresentando sistematicamente um caráter político, manifestado de acordo com a forma em que estes grupos sociais se expressam na sociedade, na realidade sociocultural que se encontram.

Com diversas incorporações, a comunicação popular passou a abranger outros termos conforme o contexto histórico em que se desenvolveu. Com as especificidades de cada movimento social e também a evolução dos processos comunicacionais, ela foi modificada ao longo dos anos, sendo reconhecida também como “comunicação alternativa, participativa, participatória, horizontal, dialógica e radical, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos” (Peruzzo, 2009, p.47).

É possível ver produções da grande mídia que a descaracterizam de seu sentido original e, de acordo com Peruzzo (2009, p. 47), é mais prudente recorrer ao sentido original dessa modalidade comunicativa na América Latina, utilizando os conceitos de comunidade para melhor caracterizá-lo, apresentando a comunicação com um sentido menos politizado, mas, na prática, a comunicação alternativa carrega a essência dos processos comunicacionais e políticos que buscam desenvolvimento e reivindicação de direitos.

Assim, o conceito básico desse segmento visa o compromisso com a vida, onde a comunicação é dirigida e pertencente a uma comunidade, “expressando seus interesses e necessidades comunicacionais, além de privilegiar a propriedade coletiva e a gestão compartilhada dos meios feitas por pessoas da própria comunidade” (Peruzzo, 2020, p.4).

Dessa forma, a comunicação, relacionada ao exercício dos direitos cidadãos, se apresenta como um processo social que potencializa tais processos, que promove a democracia e não somente o exercício da cidadania, mas, que também reivindica novos direitos, que conscientiza e educa sobre o mundo, que transforma, que é capaz de educar o indivíduo para perceber o mundo.

### **2.3 Educação popular e comunicação democrática**

As contribuições dos estudos realizados pelo educador Paulo Freire e de autores da comunicação popular da América Latina enxergam na educação o caminho para a liberdade. A comunicação libertadora é a que melhor se encaixa no contexto que acompanha a pedagogia de Freire na defesa pela construção do pensamento crítico, possibilitando a troca de saberes que nutre a educomunicação, uma forma de ensino que fortalece a importância da educação, da gestão democrática da mídia, da produção de conteúdos educativos e do exercício da cidadania.

Freire (1981) chama atenção para o perigo da cultura do silêncio, esta que há séculos foi reproduzida pela sociedade brasileira que defendeu uma hegemonia cultural anti-indígena, instigando o indivíduo a interpretar a suposta ideia de inferioridade dos povos indígenas e que muitas vezes foi condicionada pelos conteúdos tendenciosos da grande mídia.

Para Mário Kaplún (1985, p.7), autor argentino que também uniu educação e comunicação no intuito de diversificar e difundir o saber de maneira a fortalecer os

indivíduos, a comunicação comunitária deriva da comunicação popular, sendo também um processo social que expressa os interesses e necessidades de uma determinada comunidade, caracterizando uma contra-comunicação, sendo esta, uma das principais maneiras de incentivar o processo educativo transformador.

É interessante destacar que tais processos de comunicação popular e alternativa estão alinhados com as concepções de Paulo Freire sobre a dialogicidade na educação e o efeito transformador do ser humano no mundo. A educação também caracteriza a comunicação popular, pois influencia os indivíduos que integram o movimento social a participar ativamente na sociedade, promovendo a democracia e a justiça social através do senso crítico.

Além disso, a concepção de que o ser humano faz parte do mundo e que as experiências terrenas fazem parte da construção do indivíduo, são intrínsecos ao senso crítico da realidade. Os seres humanos devem habitar a terra em uma forma consonante com sua organicidade, não habitam a terra para dominá-la, mas sim, para viver em harmonia com ela. Compreendendo isso, as ações de transformação são potencializadas, a comunicação passa a influenciar diretamente no entendimento libertador da sua própria realidade, a orientação no mundo põe a questão das finalidades da ação ao nível da percepção crítica da realidade (Freire, 1981, p.35).

Freire sintetiza a importância dos indivíduos sociais se reconhecerem enquanto sujeitos intrínsecos à vida na terra. Dessa forma, a propensão dos conteúdos comunicacionais formadores de opinião se fortalece. A democratização da comunicação deve começar (e terminar) no diálogo participativo do pequeno grupo local (Bona; Conteçote; Costa, 2007 *apud* Kaplún, 1988, p.12).

A produção de conteúdos comunitários dentro de determinado grupo social possibilita que tais indivíduos reconheçam a realidade em que vivem e busquem o pensamento autocrítico, encontrando um sentido maior para sua experiência de vida na terra.

Para que a mudança social aconteça e seja percebida, é importante ver que através da educação teórica do comunicador é possível facilitar uma alfabetização social mais significativa nos âmbitos subalternizados, dando autonomia para os indivíduos se reconhecerem dentro de uma sociedade e reivindicarem seus direitos e deveres.

De acordo com o educador, o núcleo que sustenta o processo de educação é a inconclusão do ser (Freire 1979, p.14), essa ideia de que podemos ampliar nossos saberes através da comunicação, da troca de informações e do acolhimento em busca de

melhorar quem somos enquanto seres humanos, nos permite viver em comunidade de uma forma mais sadia e responsável.

Assim, é possível facilitar o entendimento sobre as formas e possibilidades de adiar o fim do mundo, numa luta para compreendê-lo sob perspectivas realistas e respeitadas com a natureza e outros seres vivos. Na verdade, esta orientação no mundo só pode ser realmente compreendida na unidade dialética entre subjetividade e objetividade (Freire, 1981, p.35)

Diante disso, as concepções da comunicação indígena incorporam novas estruturas no comunicar, que também se desenvolvem por estas vias, adotando novas estratégias de comunicação, enfatizando a decolonização<sup>19</sup> da mídia e a representatividade que enfatiza o indígena como comunicador ativo da sua própria realidade.

#### **2.4 A comunicação indígena como alternativa, comunitária e de resistência**

Na análise do desenvolvimento das principais articulações e mobilizações que acontecem no país e na importância da interculturalidade crítica para o desenvolvimento de conteúdos acerca da comunicação indígena. Por muito tempo, existiu um estereótipo folclórico dos povos indígenas, criado para tentar apagar a sua verdadeira história e legitimar o sistema colonial imposto. Desde a invasão europeia, foi estruturado no Brasil um sistema hegemônico que desconhece e recrimina a prática cultural originária e não branca de uma forma geral.

A verdade sobre a vida nas aldeias e fora delas, as perspectivas históricas e políticas, têm sido mostrada por comunicadores e grupos indígenas e indigenistas que são cada vez mais reconhecidos na internet e ocupam um importante espaço de conscientização étnica, cultural, política e social. Do povo para o povo, comunicadores de todo o país buscam levar informações realistas e ideias transformadoras para a sociedade através da comunicação, além de mobilizar ações e criar conteúdos importantes para toda a sociedade a respeito da cultura indígena.

Certamente a comunicação popular e comunitária tem o intuito de fortalecer a libertação dos indivíduos de um sistema opressor e dar-lhes a técnica necessária para criar conteúdos próprios que condizem com as pautas de sua realidade e, assim, transformar a realidade a sua volta através da educação e da cidadania.

---

<sup>19</sup> Uma forma de buscar reverter a estrutura criada pelo antigo poder colonial.

A ativista e comunicadora indígena Samela Sateré Mawé, em entrevista para a Agência Brasil afirma que os a grande mídia não pode falar pelos povos originários “simplesmente porque não sabem falar sobre nossos povos, nossas línguas, nossa cultura e sobre nossas identidades da forma como nós mesmos falamos” (Agência Brasil, 2023). Observa-se aqui que a comunicação que se desenvolve dentro das comunidades indígenas têm expandindo também para a sociedade não-indígena. Baseada nas tradições culturais originárias, línguas e formas de se expressar, ela tem a capacidade de difundir informações verdadeiras sobre a realidade em que vivem, compartilhando não apenas suas vivências e cultura, mas também, aspirações políticas e socioambientais, lutando através das redes sociais e mobilizando pessoas por todo o mundo a se unir e lutar pela causa.

De fato, o outro não pode falar pelo indígena, pois, dessa forma, poderia haver uma representação redutora ou até descaracterizadora, já que seria uma representação homogeneizadora, colonialista. Aquele que melhor pode falar de si e de suas demandas é o próprio indivíduo ou a comunidade na qual está inserido.

No Brasil, além das pautas originárias a respeito de suas experiências, o movimento indígena também é capaz de mobilizar através de maneiras que potencializam o compartilhamento de ideias que buscam preservar a nossa existência enquanto humanidade, desenvolvendo-se em diversas formas de expressão como as manifestações, mobilizações regionais e nacionais, mídias sociais indígenas, memórias, narrativas orais, tradições e a própria educação.

De acordo com Gohn, tais participações sociais em movimentos e ações coletivas também são capazes de gerar aprendizados e saberes, relacionando-se com a educação informal desenvolvida nesses espaços. Para a autora, há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral(2011, p.3).

A produção de conteúdos realizados na internet pode ser considerada uma importante técnica para conscientização sobre sua cultura e também sobre questões socioambientais interessadas a todos que vivem no planeta. Afinal, a ideia de adiar o fim do mundo refere-se à capacidade de integrar saberes interculturais a fim de preservar a natureza e a vida na terra.

A exemplo destas produções, destaco a interação do Coletivo de Cultura Indígena Wetçamy, localizados na Aldeia Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios,

agreste alagoano. A publicação traz informações sobre a tese do marco temporal<sup>20</sup> e a ameaça que ela causa à existência da cultura e dos povos indígenas, reforçando o compromisso dos povos originários com a preservação das terras e do meio ambiente.

Figura 1 – **Publicação contra a tese do Marco Temporal**



Fonte: Instagram, 25 Mai. de 2023 Disponível em: [https://www.instagram.com/p/Csrt7ZgJkd3/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/Csrt7ZgJkd3/?img_index=1). Acesso em: 5 set. de 2023.

Dessa forma, passam a se destacar na mídia o entendimento e as percepções culturais indígenas, destacando a importância de comunicar para além da produção midiática hegemônica. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil é uma das articulações sociais que têm trabalhado para estimular o debate e a construção dessa questão e da importância da produção estratégica indígena na comunicação.

Demonstra-se, assim, o debate e a construção de uma contra-comunicação veiculados pelas mídias sociais alternativas, onde representantes e líderes de comunidades originárias se propõem a construir uma comunicação indígena.

As mobilizações da APIB acontecem anualmente e em cada realização destaca-se a importância do uso da comunicação alternativa como um processo social, político e cultural. As suas plenárias anuais estimulam povos indígenas de todo o país para que assumam o papel de protagonistas na narrativa que lhes envolvem. Em entrevista à Agência Brasil, Ricardo Terena, membro da comunicação da Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste afirma:

"Acredito que buscamos desconstruir uma narrativa, substituindo-a pela possibilidade de contarmos, nós mesmos, nossa história. Neste

<sup>20</sup> A publicação foi feita em Maio de 2023, antes do julgamento no judiciário que anulou a tese ruralista por maioria dos votos.

sentido, não basta falarmos de problemas importantes sobre os quais devemos e precisamos falar, como as questões [políticas] que envolvem as terras indígenas. Também devemos valorizar nossa cultura. É como diz o Emicida na música Amarelo: 'permita que eu fale/ Não as minhas cicatrizes / Se isso é sobre vivência/ Me resumir a sobrevivência / É roubar o pouco de bom que vivi'". (Agência Brasil, 2023).

A fala de Terena não apenas trata de protagonismo, visibilidade, representatividade positiva, mas também da perpetuação, registro e publicização de saberes ancestrais, trata da luta pública, do uso do espaço público, ainda que virtual, pelos povos originários, para buscar impulsionar suas vozes e divulgar a luta diária e exercer seus direitos.

A esse respeito, as discussões nas plenárias do Acampamento, este ano, sobre a questão da comunicação indígena têm ganhado destaque e importância. Alexandre Pankararu, produtor cultural e representante da APOINME afirma que

“Até então, a comunicação tradicional – ou melhor, o jornalismo, porque não dá para dizer que aquilo era uma comunicação, pois nós nunca éramos ouvidos –, as grandes redes tinham suas próprias opiniões sobre nós. As pessoas nos tratavam como algo folclórico, o que nos incomodava muito. Isso nos fez compreender a importância da comunicação para que pudéssemos transmitir, nós mesmos, as nossas vozes, os nossos conhecimentos e nossa realidade”. (Agência Brasil, 2023)

Nesse sentido, Pankararu retrata a importância das pautas que caminham ao lado da narrativa do pertencimento e é necessário compreendê-las. O conhecimento e o respeito sobre a ancestralidade, para além das memórias que foram criadas pelos povos indígenas, também faz parte disso.

Em *Ideias para adiar o fim do mundo*, Krenak (2020) afirma que a resistência se firmou na expansão daquilo que constitui o espaço íntimo de cada indivíduo, não aceitando que todos nós somos iguais, mas sim na vasta diversidade dos seres. Para os autores Ramos; Nogueira; Franco (2020) a compreensão da interculturalidade crítica<sup>21</sup> (WALSH, 2007) sintetiza a importância da educação na emancipação decolonial do conhecimento. Ela surge enquanto um processo pedagógico de questionamento, na intenção de construir um projeto contra-hegemônico na sociedade enquanto instrumento político que possibilita o diálogo horizontal e sincero entre as culturas.

---

<sup>21</sup> Um instrumento essencial na educação, que intenta construir relações de saber, de ser; que provoca o questionamento das ausências.

A partir da ideia de que realmente não somos todos iguais, é importante pensarmos cada um em como existir em conjunto de uma forma harmônica. Assim, será capaz de continuar a resistência pela capacidade humana de se comunicar e poder encontrar nas diferenças uma forma de inspirar uns aos outros.

Compreendido isto, a democratização surge como uma forma de decolonizar ainda mais os meios de comunicação para os povos indígenas, utilizando-se de termos e definições que melhor os representam. Para isso, faz-se necessário um trabalho social a nível nacional para conscientizar a sociedade sobre a riqueza da cultura originária no país.

A decolonização e a presença indígena nos meios digitais surge a partir dos conceitos da comunicação popular e democrática, assim como da educação, com o propósito de emancipar os indivíduos e proporcionar senso crítico ao cidadão. Desse modo, os povos indígenas encontraram mais uma forma de impulsionar as denúncias contra e trazer as concepções de que a cultura indígena sempre esteve viva.

A partir desses ideais, comunicadores indígenas passaram a manifestar sua cultura e provar que realmente não são todos iguais, mas que é importante pensarmos em como co-existir em uma forma harmônica. Assim, serão capazes de continuar resistindo pela capacidade humana de nos comunicar e encontrar nas nossas diferenças uma forma de nos inspirar um nos outros.

### CAPÍTULO III

#### **O COLETIVO DE CULTURA XUCURU KARIRI: PERSPECTIVAS DA ARTE, DA EDUCAÇÃO E DO REGISTRO DA MEMÓRIA E HISTÓRIA ANCESTRAL**

“Nossos pensamentos se expandem em todas as direções e nossas palavras são antigas e muitas.”

Davi Kopenawa

Viver é continuar aprendendo e trocando experiências. A transformação do ser humano evolui conforme compreendemos o mundo, passamos por diversas revoluções e teorias que defendem a importância da troca de informações e é nesta ideia que se enraizam as razões pelas quais o movimento de retomada indígena se mantém firme.

Com o desafio de enfrentar a pandemia, a organicidade dos movimentos sociais populares e das organizações políticas indígenas apresentaram dificuldades para realizar denúncias, no entanto, a comunicação indígena se fortaleceu através da luta social e de políticas públicas que contribuíram para sua estruturação.

A alfabetização significativa através das mídias surgiu como uma das alternativas para enfrentar o genocídio e o ecocídio promovidos pelo antigo governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), que durante a pandemia de COVID-19 e todo o seu mandato, negligenciou os povos indígenas e a população brasileira como um todo. Esta, se refere ao discernimento de consumo sobre conteúdos veiculados pela grande mídia e o senso crítico de percepção a respeito do que está sendo transmitido, construindo uma compreensão acerca dos conteúdos midiáticos e desenvolvendo habilidades de auto expressão.

A comunicação indígena tem se manifestado em diversos meios de comunicação e mídias sociais. Com a chegada da pandemia de covid-19 no Brasil e a necessidade de isolamento social para conter a doença, a internet se tornou um dos principais recursos utilizados para comunicar e informar parentes e comunidades em quarentena.

Com esse novo desafio de enfrentar a pandemia e o isolamento, a organicidade dos movimentos sociais populares e das organizações políticas indígenas apresentaram dificuldades em realizar denúncias. A produção de conteúdos indígenas para conter o avanço da pandemia cresceu, formando uma grande rede de comunicadores que promoviam informações seguras e condizentes com a realidade originária das comunidades naquele contexto.

### 3.1 Origem e sentidos do coletivo

Embebidos de propósitos ancestrais, foi criado, em 2017, o Coletivo de Cultura Indígena Wetçamy, com a finalidade de perpetuar a memória dos Xukuru Kariri (Coletivo Wetçamy, 2021). Ligados diretamente a projetos políticos e culturais em busca de melhorias locais e geração de emprego/renda para os integrantes da Aldeia lotada na Mata da Cafurna, Palmeira dos Índios, Alagoas.

Para o Coletivo (2021) o resultado do processo de colonização no Brasil para os indígenas foi devastador. Mesmo após 523 anos, os efeitos da colonização ainda atuam em sua realidade. Os povos originários, que ainda resistem lutando pela reafirmação de sua existência, salvaguarda, sua religiosidade, para garantir o direito à vida e a permanência em suas Terras Sagradas.

Composto por 12 integrantes: Idyarrury (Cacique), Idyarony (Liderança Política), Indians, Tayná, Ynaykan, Radjá, Ynwramynho, Erichawan, Heleno, Ricardo (Nawayran), Antônio (Takawan) e Shaeny. Cada membro citado age diretamente nas ações sociais do coletivo, representando, cada um deles, as 12 famílias que vivem no aldeamento.

O coletivo age também fora das fronteiras alagoanas, viajando para outras cidades do nordeste brasileiro, sob liderança do Cacique Idyarrury e do Guerreiro Idyarony, levando informações verdadeiras sobre os povos indígenas do Brasil, sobretudo de Alagoas, e seu modo de vida nos dias atuais (Coletivo Wetçamy, 2021).

O Coletivo Wetçamy, junto à Aldeia Coletivo - BA, são responsáveis pela Formação em Cultura e Herança Indígena dos professores da rede municipal de Salvador, Bahia, com patrocínio da Fundação Gregório de Mattos e Prefeitura de Salvador.

Eles também fazem parte do Asé-Orin Rede AfroIndígena de Música Soteropolitana, contemplados pelo Prêmio Anselmo Serrat de Linguagens Artísticas (2021), participando da preparação do espetáculo *Ouricuri* pelo projeto Areté, contemplado com o Prêmio Jorge Portugal. O grupo ainda participou, em 2021, de três clipes musicais e um documentário intitulado “Arrancamento”, que investiga o processo de apagamento da língua originária dos povos Xukuru Kariri, como também, realizam iniciativas de resgate do idioma (Coletivo Wetçamy, 2021).

### **3.2 A organização da mídia e das produções**

O ativismo indígena na internet tem aproximado a ideia de revitalizar a cultura originária, fortalecendo o conhecimento da sua própria comunidade e da sociedade como um todo sobre seus costumes e sua própria cultura. Assim, tais articulações e adaptações indígenas à internet têm lhes permitido criar uma rede de informações, constituindo um enorme grupo indígena e indigenista que defendem causas semelhantes.

Devido a isso, alguns perfis indígenas passaram a se destacar na internet por causa dos seus conteúdos originais. Mídias sociais como o instagram passaram a servir como principal recurso de veiculação de conteúdos socioeducativos a respeito da cultura indígena no Brasil.

Além dos perfis das importantes articulações e associações indígenas, comunicadores também passaram a produzir conteúdos a respeito da sua etnia, com a intenção de mostrar toda a diversidade cultural que ainda existe no país. Diversos ativistas e comunicadores indígenas têm se destacado a nível nacional e mundial devido aos conteúdos compartilhados na internet.

As narrativas indígenas promovem o diálogo intercultural, viabilizando as lutas por saúde, dignidade, educação, direitos territoriais, preservação do meio ambiente, da cultura e dos costumes. Tal narrativa é capaz de coletivizar indivíduos de origem indígena que estão fora do contexto cultural. Os conteúdos veiculados nas mídias sociais nativas não são mera divulgação, são na verdade, um processo básico que faz parte da evolução social.

A comunicação intercultural se faz necessária no desenvolvimento do trabalho coletivo, para Kunsch (2017), as diferentes culturas e realidades nos torna mais diversos nos campos de atuação. Com o desenvolvimento tecnológico, é possível, através de processos comunicacionais como estes, realizar intercâmbios culturais entre indivíduos de culturas diferentes.

### **3.3 Análise de conteúdo: as perspectivas da arte, educação, da memória e história ancestrais**

Coletivo de Cultura Indígena Wetçamy<sup>22</sup>, localizados na Aldeia Mata da Cafurna, no semiárido alagoano, abordando memórias e ações compartilhadas pelo coletivo em sua rede social no instagram, como elemento conexo de percepção da comunicação alternativa no movimento social realizado por eles. O coletivo se identifica enquanto:

coletivo cultural e político que desenvolve ações artísticas e pesquisas buscando dar visibilidade às nossas raízes indígenas e caboclas. Com o objetivo de aproximar as realidades aos não indígenas, promovemos vivências, oficinas, palestras e trocas de saberes em escolas, universidades, meios midiáticos, eventos, entre outros, assim como também promovemos a vivência em nossa aldeia. Através do teatro, da música, do audiovisual e outros meios artísticos, o coletivo wetçami busca sensibilizar e mostrar relevância para a sociedade das questões indígenas e ambientais. O que torna este um coletivo singular e original da cidade de Palmeira dos Índios - AL. Há 4 anos o coletivo percorre o Brasil, com a liderança do Cacique Idyarrury, levando oficinas culturais dos povos Xukuru Kariri e Kariri Xocó por todo o Brasil. (Coletivo Cultural Indígena Wetçamy Xukuru Kariri, 2021).

Em Alagoas, podemos observar alguns conteúdos de produção indígena que visam conscientizar política e culturalmente indígenas dentro e fora do contexto cultural nativo, indigenistas e, também, os não indígenas acerca da sua existência. A comunidade dos Xukuru Kariri, na Aldeia Mata da Cafurna, em Alagoas, já pensava em estratégias de comunicação que conscientizassem a população palmeirense de que eles não eram ameaça, mas parte da história e memória daquele lugar, portanto, parte da própria população, de forma que até seu trabalho cultural e artístico, contribuem para o desenvolvimento da economia local.

Demais etnias de Alagoas também encontraram na comunicação popular uma forma de promover sua cultura e decolonizar o pensamento. Na rede social do Instagram, perfis de comunidades indígenas do estado produzem conteúdos para informar e lutar por seus direitos. Com destaque para a cidade de Palmeira dos Índios, podemos observar a produção do Coletivo Wetçami, que compartilha em seu perfil vivências, histórias e informações sobre sua cultura.

A produção de conteúdo compartilhada no perfil do instagram do Coletivo Wetçamy apresenta diversas informações sobre sua cultura, sua língua, costumes e fontes de renda. Evidentemente, é possível encontrar informações ancestrais sobre a história de retomada dos Xukuru Kariri. No perfil, a história é contada pelo Guerreiro Idyonary, onde ele narra a história de resistência dos Xukuru-Kariri e como os indígenas

---

<sup>22</sup>De acordo com os integrantes do coletivo, o termo Wetçamy, de origem Kariri, significa parente ou alguém da família.

retomaram a Mata da Cafurna. Em vídeo, o cacique conta que entre 1950 e 1953, os indígenas que foram expulsos da Lagoa dos Caboclos, cerca de quinze quilômetros distante de onde se localizavam, precisaram passar por um novo processo de aldeamento na Fazenda Canto<sup>23</sup>.

A comunidade precisava realizar migrações de volta à mata para realizar seus rituais. E durante esses processos, surgiu a notícia de que a gestão do governo vigente na época iria transformar a mata em um ponto turístico. Com isso, as famílias Xukuru Kariri se organizaram para realizar uma retomada. Entre os anos 1974 e 1975, as pessoas da comunidade se articularam em 12 famílias, para a retomada da Aldeia Mata da Cafurna, onde estão localizados até hoje (Coletivo Wetçamy, 2022).

Em retomada, os indígenas se afirmaram sob o que viria ser a sua primeira casa, a árvore que eles chamam de Jaqueira Mãe, onde encontraram abrigo e ali permaneceram. Atualmente, a árvore é a base da escola da comunidade, o que possibilitou a existência e a manutenção dos povos Xukuru-Kariri na região. O cacique afirma ainda que a primeira aldeia foi às sombras dessa Jaqueira, que se tornou o lar dos indígenas desde então. Um bem de garantia ancestral, histórica e identitária que reafirma a existência da comunidade até hoje.

O coletivo compartilha, através das imagens e legendas, informações que conscientizam sobre o sentido da sua cultura, sobre suas vivências através da oralidade, onde compartilham a relevância que têm “As histórias de vidas contadas pelos mais velhos da aldeia, são de fundamental importância para a formação da consciência identitária dos jovens da comunidade” (Coletivo Wetçamy, 2021).

Figura 2 - Tipo de conteúdo publicado no instagram sobre a cultura



Fonte: Instagram 26 Out. de 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CVfgXUdpMms/>. Acesso em: 2 set. de 2023.

<sup>23</sup> Reserva indígena habitada pelos Xukuru Kariri.

Outras postagens trazem ainda a origem de palavras indígenas e o significado que carregam. As publicações condizentes à história e origem da aldeia se deu por meio da produção audiovisual, onde a liderança política da aldeia, Idyony, compartilha saberes e informações ancestrais a respeito da retomada indígena Xukuru Kariri na região onde se localizam até os dias atuais.

Figura 3 - Parte I do vídeo sobre a história de resistência Xukuru Kariri



Fonte: Instagram, 21 out. de 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cj-rS5QDM0k/>. Acesso em: 5 de set. 2023.

Nas publicações, o coletivo, representado pelo Guerreiro Idyony, relata a história de como seus ancestrais fizeram a retomada da Mata da Cafurna. A história, desta vez, sendo contada por uma liderança indígena representa o protagonismo conquistado através de séculos de luta e organização política. Publicações com cunho histórico apresentam mais engajamentos, de acordo com Idyony (2023).

Com informações concisas aliadas à produção de conteúdos, o Coletivo Wetçamy tem exercido um papel fundamental para a retomada indígena digital através das mídias sociais. O papel do comunicador indígena tem sido estruturado pelo entendimento de que os povos originários detêm conhecimentos capazes de prolongar a existência da natureza e dos próprios seres humanos.

Dessa forma, o coletivo tem conquistado diversos espaços e aliados à causa. O coletivo realiza, também, as imersões culturais, que duram cerca de três dias e proporcionam aos participantes experiências únicas e transformadoras, buscando fomentar a cultura Xukuru Kariri na região e no estado de Alagoas.

Assim, é possível perceber que as produções culturais de conteúdos indígenas têm mobilizado diversas pessoas a compreender parte da cultura indígena, além de perpetuar saberes que irão acolher e cuidar de outros seres humanos, afastados de experiências como esta. Durante as imersões, o Coletivo realiza rituais sagrados como banho de ervas, defumação, argila sagrada, rodas de rapé<sup>24</sup>, rezas e benzimentos conduzidos.

Todas essas atividades citadas anteriormente servem para desmistificar muito da cultura originária e, ainda, aproximar todos aqueles que foram afastados dessas experiências pela civilização. Realizando, desta forma, um forte movimento de educação e comunicação contra-hegemônica em favor da decolonização do pensamento.

Figura 4 - Conteúdo sobre a imersão indígena Wetçamy



Fonte: Instagram, 25 set. de, 2023. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CxnrcUdAJPX/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/CxnrcUdAJPX/?img_index=1). Acesso em 27 set. 2023.

O coletivo realiza, ainda, imersões que permitem à comunidade vivenciar práticas e alguns rituais indígenas. O intuito desta ação é permitir que os visitantes conheçam e vivam a cultura de perto, com interações diretas com a natureza e cosmovisão indígena, buscando promover a conexão espiritual desses indivíduos. Dessa forma, conscientizando sobre o valor da sabedoria ancestral. De acordo com a liderança indígena, o impacto das imersões realizadas na comunidade são estonteantes e afirma:

<sup>24</sup> De acordo com os povos originários, o rapé é uma medicina sagrada indígena que consiste em inalar o pó extraído das folhas de tabaco, comumente utilizados em rituais e preparações culturais para caça ou pesca. Tem o poder de despertar e limpar energias, promovendo, ainda, uma profunda conexão espiritual.

pessoas mudam o estilo de vida. Pois a nossa imersão resgata nas pessoas a sua conexão com o eu interior, com a espiritualidade e a ligação da força que existe entre o ser e ser parte da natureza. Enquanto integrante vivo, enquanto filho da mãe universal que é a natureza, aí as forças das medicinas ajudam, e só sentindo pra saber, porque é impossível descrever (Idyarony, 2023).

No perfil, é possível ver publicações de participantes, muitos não-indígenas, da imersão que compartilham suas experiências a fim de promover a cultura e o trabalho do coletivo, que se propõe a realizar essa intensa jornada, compartilhando rituais sagrados e medicinas ancestrais com aqueles que estão dispostos a ajudar o movimento indígena no processo de retomada.

Com cerca de quase 4 anos nas redes sociais, o coletivo atua através de publicações que disseminam informações políticas e culturais a respeito da sua realidade. De acordo com Idyarony (2023), gestor das redes sociais do coletivo, as publicações mais engajadas são as que contam uma especificidade da cultura indígena, como por exemplo, sobre o cocar, o maracá, ou até alguns rituais realizados por eles.

O Coletivo Cultural Indígena Wetçamy é amplo, além dos 12 integrantes, eles possuem, em média, cerca de 50 pessoas atuando direta e indiretamente nas ações sociais. Apesar de já realizar diversas atividades de resgate cultural e histórico do povo Xukuru Kariri, a liderança indígena afirma que contam com pouco apoio de aliados. Existem ONGs e outros mecanismos que ajudam na causa indígena, mas pro coletivo não tem sido assim. De acordo com a liderança, o coletivo tem apoio da Cáritas, um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) apenas em algumas ações.

As ações sociais realizadas pelo Coletivo Indígena demonstram a importância de reconectar saberes ancestrais e tecnologias digitais para aprimorar a luta. A preservação de tradições indígenas podem prolongar a vida na terra. Com a intenção de mobilizar e coletivizar, os Xukuru Kariri agem para promover seus saberes e compartilhar conhecimentos que irão fortalecer e equilibrar a vida na terra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, através da pesquisa bibliográfica, com leituras reflexivas e analíticas, foi apresentado o histórico do movimento indígena, traçando sua trajetória de luta desde a chegada dos invasores e, em consequência, a colonização e a apropriação de territórios originários, até a discussão mais recente sobre a vida e os direitos dos povos originários que se desenvolveu no espectro sociopolítico de um Brasil hegemônico. Apontando, também, a importância da conceituação dos movimentos sociais apresentados por Gohn, para o entendimento da atuação indígena nas ações sociais que mobilizam os povos em defesa da democracia e da vida.

Além disso, pensamentos e ideias de lideranças indígenas foram expostas para contextualizar a cosmovisão indígena com o estudo histórico apresentado. Demonstrou-se, então, que a luta dos povos indígenas é secular e que, desde sempre, buscou formas de “adiar o fim do mundo” e manter o céu sobre nossas cabeças. A partir das palavras do Xamã Yanomami, Davi Kopenawa, e da liderança indígena, Ailton Krenak, foi possível embasar a filosofia de uma luta que busca justiça social e ambiental.

Assim, a trajetória da luta indígena mostrou-se incorporando um movimento capaz de mobilizar uma luta nacional, observando os principais desafios e pontuando conquistas que elevaram o papel social do indígena no país, mostrando que nunca coube a ele o papel de tutelado, mas sim, um cidadão capaz de reivindicar direitos, organizando-se socialmente a fim de transformar a realidade do indígena no país.

A partir desse panorama histórico, foram apresentados os conceitos da comunicação popular no Brasil e o âmbito no qual os movimentos sociais se desenvolveram. Foi analisado que, assim como outros movimentos sociais, o movimento indígena teve sua estrutura solidificada no período ditatorial do país. Como forma de se desvincular de um sistema opressor, a comunicação indígena se desenvolveu bastante desde a década de 1970, apresentando um longo histórico de mobilizações sociopolíticas, utilizando-se da comunicação enquanto técnica potencializadora desses processos libertadores desde então.

A partir das elaborações e conceitos utilizados, foi possível observar, também, que a comunicação indígena se desenvolve no âmbito da comunicação popular, através de técnicas e conhecimentos compartilhados no exercício da profissão das Relações Públicas, explicitando também a importância da relação entre comunicação e educação

informal para o desenvolvimento do indivíduo enquanto ser que habita o mundo e possui formas de viver e preservar a vida na Terra.

De acordo com o Relatório sobre criminalização e assédio de lideranças indígenas no Brasil, publicado em 2021 pelo Indigenous Peoples Rights International (IPRI) em colaboração com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), uma vez identificados os padrões nos processos de criminalização e assédio, os povos indígenas voltam à capacidade de resiliência.

A partir disso, foi possível traçar ações no âmbito da comunicação indígena e digital, um meio que ajuda a compreender o mundo e a enxergar maneiras mais saudáveis de existir. Esse movimento em busca de tudo aquilo que nos engrandece enquanto seres humanos, é a vida. E é nesse movimento que surge a retomada indígena nos âmbitos digitais, onde as tecnologias da comunicação apropriada de saberes ancestrais, potencializam os conceitos de comunicação.

A retomada indígena se desenvolve no Brasil de maneira exponencial, buscando descolonizar os meios de comunicação através de um viés democrático e conscientizador. Para isso, a comunicação indígena se desenvolve nas interfaces da comunicação popular, inseridas também no âmbito das Relações Públicas, fomentando aos indivíduos uma contra-comunicação hegemônica capaz de fortalecer a política, a cultura e a existência originária no país.

O movimento indígena tem se articulado através das mídias digitais, proporcionado e alavancado o resgate cultural de muitos indígenas nascidos e criados em contextos fora das aldeias e culturas originárias. Desenvolveu-se no terceiro capítulo deste trabalho, a exploração da mídia enquanto uma incidência do movimento indígena desenvolvida em sua dinâmica própria, apresentando, assim, o conteúdo elaborado pelo Coletivo Cultural Indígena Wetçamy, traçando os principais objetivos e publicações que melhor comunicam sua cultura com os visitantes do perfil. Para isso, foram analisadas publicações no *feed* do Instagram do Coletivo que utilizam a internet como um dos instrumentos de mobilização indígena.

O trabalho do coletivo é um desenvolvimento que tem proporcionado mais conhecimento e informação acerca da comunidade Xukuru Kariri em Palmeira dos Índios. A respeito das interações, o gestor das redes, Idyarony, apontou que os principais engajamentos se dão nos conteúdos específicos sobre a cultura indígena local e a partir das imersões presenciais que o coletivo realiza na intenção de conectar os

participantes com seu eu interior. Tais interações são capazes de promover e fomentar a cultura indígena local.

Assim, o entendimento acerca da comunicação popular e democrática caracteriza uma das principais maneiras de potencializar o autoconhecimento e a troca de saberes, proporcionando uma educação crítica através da comunicação, que por meio das mídias sociais, possibilita delinear um resgate histórico dos povos indígenas.

Portanto, o trabalho apresenta a importância da comunicação popular no âmbito digital enquanto um processo transformador social, potencializando os saberes ancestrais dos povos indígenas e que através de produções próprias, é capaz de conscientizar política e culturalmente. Assim, conclui-se com a ideia de que a comunicação aliada à educação são, de fato, capazes de transformar as pessoas e de conscientizá-las sobre seu lugar no mundo.

## BIBLIOGRAFIA

BONA, Nívea Canalli; CONTEÇOTE, Marcelo Luis; COSTA, Laílton. Kaplún e a comunicação popular. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, v. 11, n. 11, p. 169-184, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 23 jan. 2023

Bolsonaro já cometeu inúmeros ataques contra indígenas; relembre. **Brasil de Fato**. Rio de Janeiro, 25 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/01/25/bolsonaro-ja-cometeu-inumeros-ataques-contra-indigenas-relembre>>. Acesso em: 19 nov. 2023

Território brasileiro e povoamento. **IBGE | Brasil: 500 Anos de povoamento**, [s.d.]. História indígena. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/errras-indigenas.html>>. Acesso em: 23 jan. 2023

BRIGHENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionísio. **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. 2021.

ELOY, Luiz Henrique. Terras indígenas na pauta do Supremo: Teoria do indigenato versus marco temporal. Indígenas. **Mídia Ninja**, 25 de Mai. de 2020. Disponível em: <[https://midianinja.org/?post\\_type=post&p=29081](https://midianinja.org/?post_type=post&p=29081)>. Acesso em: 3 abr. 2023.

FAHS, Ana C. Salvatti; CHAGAS, Inara. **Movimento Indígena: história e principais objetivos!**. Cidadania, cultura e sociedade. Politize!, 08 de Ago. de 2016. Atualizado em: 27 de jun. de 2023. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/movimento-indigena/>>. Acesso em: 3 abr 2023.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GUAJAJARA, Sônia; SANTANA, Carolina R. ; LUNELLI, Isabella Cristina; FERREIRA, Bruna Brito Prata; BRAGA, Renan Freitas; GUAJAJARA, Luiz Augusto M. Bone dos Santos. Uma anatomia das práticas de silenciamento indígena: relatório sobre criminalização e assédio de lideranças indígenas no Brasil. Filipinas: Indigenous Peoples Rights International, 2021. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 7, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/38600>. Acesso em: 17 out. 2023.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Comunicação intercultural e cidadania em tempos de globalização. **A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas: o caso das ciências da comunicação**. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2017. Disponível em: <<https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002864684.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

\_\_\_\_\_. A vida não é útil. **O amanhã não está à venda**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2020. p. 77-91.

MACHADO, Drielle Travaglia; ANTUNES, Joseane Rosalina Chaves; MONTEIRO, Luisa da Silva. Relações públicas: evolução teórico-conceitual e percepções sobre a atividade. In: **Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2007.

MENDONÇA, Camila. Momento em que o solo brasileiro foi encontrado pelos portugueses. **Educa mais Brasil**, 11 abr. de 2019. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/descobrimento-do-brasil>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

NEVES, Mary Hellen Lima das. **Ser Indígena em Palmeira Dos Índios/AL**: Afirmação identitária no semiárido alagoano. 2018.

\_\_\_\_\_. **Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios**: relações socioambientais no semiárido alagoano (1979 a 2016). 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

PAJJOLA, Murilo. Bdf Explica | Por que os povos indígenas acusam Bolsonaro de genocídio. **Brasil de Fato**. Amazonas, 19 de Abr. de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/19/bdf-explica-por-que-os-povos-indigenas-acusam-bolsonaro-de-genocidio>>. Acesso em: 10 out. 2023

Palmeira dos Índios (AL). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 19 p. 110-114. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_19.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_19.pdf). Acesso em: out. 2023.

PEIXOTO, José Adelson Lopes; BEZERRA, Deisiane da Silva; ROCHA, Aduino Santos da. **Memórias e imagens em confronto: os Xukuru-kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá**. João Pessoa, UFPB, 2013.

PEREIRA, Thiago Henrique Farias; FREITAS, Matheus Araújo Machado de; SILVA, Samuel Costa. Do Estereótipo À Realidade: Desconstrução do mito fundador de Palmeira Dos Índios na Escola Estadual Manoel Passos Lima. In: **I Encontro Internacional de História do Sertão: A educação e os desafios contemporâneos** - Delmiro Gouveia, AL, 2020. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/i-eihs/trabalho/149610>>. Acesso em: 11 out. 2023.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. **Palavra chave**, v. 11, n. 2, p. 367-379, 2008.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. **Revista Fronteiras**, v. 11, n. 1, 2009.

\_\_\_\_\_. Interfaces entre Comunicação Comunitária e Relações Públicas Populares1. In: **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. FACOM-Universidade Federal da Bahia, 2020.

Pesquisa recupera história do movimento indígena no Brasil. **UnB Ciência**, Brasília, 05 de abril de 2011. Humanidades. Disponível em: <<https://www.unbciencia.unb.br/humanidades/94-historia/280-pesquisa-recupera-historia-do-movimento-indigena-no-brasil>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas: função política**. 3.ed. São Paulo: Summus, 1995.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, 1942. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RAMOS, Kellyane Lisboa; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite; FRANCO, Zilda Gláucia Elias. A interculturalidade crítica como alternativa para uma educação crítica e decolonial. **EccoS–Revista Científica**, [S. l.], n. 54, p. 17339, 2020.

RIBEIRO, Bruno. Juruna: cacique Xavante que, pelo PDT, revolucionou o Congresso Nacional. **PDT 12**, Brasília, 03 de set. de 2020. Disponível em:<<https://pdt.org.br/index.php/juruna-cacique-xavante-que-revolucionou-pelo-pdt-o-congresso-nacional/>>. Acesso em: 22 de mar. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, Alex. **Índigenas debatem importância da comunicação para o movimento**. Agência Brasil, Brasília, 27 de abr. de 2023. Direitos Humanos. Disponível em:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-04/indigenas-debatem-importancia-da-comunicacao-para-o-movimento>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

**Serviço de Proteção aos Índios (SPI)**. Povos Indígenas no Brasil. 31 de ago. de 2018. Políticas Indigenistas. Disponível em:<[https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o\\_de\\_Prote%C3%A7%C3%A3o aos\\_%C3%8Dndios\\_\(SPI\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o aos_%C3%8Dndios_(SPI))> Acesso em: mar. 2023.

SILVA, A.M.A. **Xukuru-Kariri: protagonismo indígena em Palmeira dos Índios/AL (1979-2013)**. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/5591>.

TORRES, Luiz B. **Os Índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios**. 4ª Ed. Ampliada e Revisada. Palmeira dos Índios: Ed. do autor, 1974.